



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

LEI N° 4.037, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MAIRIPORÃ**, Senhor **WALID ALI HAMID**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o **caput** do art. 1º, esta lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO II DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2022 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;
Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Previdenciário;



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

Tabela 6.2 – Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Financeiro;

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO III DOS RISCOS FISCAIS

Art. 3º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins do art. 3º, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

CAPÍTULO IV DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 4º A lei orçamentária conterà reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo três por cento da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

CAPÍTULO V DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

Art. 5º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

divida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no plano plurianual vigente em 2022.

CAPÍTULO VI

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 6º Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da administração indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 7º No prazo previsto no **caput** do art. 6º, o Poder Executivo e suas entidades da administração indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a câmara municipal, a prefeitura e as entidades da administração indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º do ar. 7º também incidirá sobre o valor das emendas individuais impositivas eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VII DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 8º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e

II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata o art. 8º somente poderão ocorrer se houver:



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do caput do art. 8º; e

III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I - no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição federal;

II - nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino; e

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo chefe do poder.

CAPÍTULO VIII DOS NOVOS PROJETOS

Art. 9º A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do **caput** do art. 9º aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos, cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO IX DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 10. Para os fins do disposto no art. 16, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as atualizações determinadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO X DO CONTROLE DE CUSTOS

Art. 11. Para atender ao disposto no art. 4º, I, “e” da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

CAPÍTULO XI DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 12. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no caput do art. 12, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 13. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada; e

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o § 1º do art. 13.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 14. As transferências financeiras a outras entidades da administração pública municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no **caput** do art. 14 serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 15. As disposições dos arts. 12 e 13 desta lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

Legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

Art. 16. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis e haja autorização legislativa, dispensada essa no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XII

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 17. Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na câmara municipal.

Art. 18. O Poder Executivo poderá enviar à câmara municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;
- III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa; e

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do município e dos contribuintes.

Art. 19. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no caput do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição federal, no art. 174 da Constituição Estadual e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a lei orçamentária de 2022 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites a serem observados.

Art. 21. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2022 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 22. As proposições legislativas e as emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do município deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Na hipótese de criação ou ampliação de ações governamentais, as proposições ou emendas deverão demonstrar:

- I - sua compatibilidade com o plano plurianual e a respectiva lei de diretrizes orçamentárias; e
- II - que não serão ultrapassados os limites legais sobre gastos com pessoal.

§ 2º No caso de emendas que importem redução total ou parcial de dotações propostas no projeto de lei orçamentária, a demonstração de que trata o caput do art. 22 também deverá:

- I - deixar evidente que normas superiores sobre vinculações de receitas, constitucionais e legais, não deixarão de ser observadas;
- e



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

II – que a prestação de serviços obrigatórios pelo município e o pagamento de encargos legais não serão inviabilizados.

§ 3º O somatório dos valores das emendas parlamentares individuais de caráter impositivo que vierem a ser aprovadas na lei orçamentária não poderá exceder o limite expressamente determinado pelo art. 175, § 6º da Constituição do Estado de São Paulo.

§ 4º Em face do disposto no art. 166, § 14 da Constituição, e uma vez publicada a lei orçamentária para 2022 e identificada pelo chefe do Executivo a existência de impedimentos de ordem técnica em relação às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, serão adotadas as seguintes medidas com o objetivo de solucionar essas pendências:

I – nos primeiros trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o prefeito indicará e especificará à câmara municipal os impedimentos de ordem técnica identificados;

II – a câmara municipal decidirá, por meio da Mesa Diretora e consultados os autores das emendas, se fará mudanças no seu conteúdo e encaminhará ao Executivo, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, proposta para sanar os impedimentos apontados, ou, se entender que estes são descabidos, deverá abster-se dessa providência; e

III – recebidas as propostas, o prefeito deverá, no prazo de quinze dias úteis, apresentar à câmara municipal projeto de lei propondo as modificações solicitadas pelo Legislativo, ou, se entender serem ilegais ou descabidas as modificações, recusará as propostas e apresentará as respectivas fundamentações de ordem técnica e/ou jurídica.

§ 5º Se as medidas estabelecidas no § 4º do art. 22 se revelarem infrutíferas, ficará a cargo do Executivo avaliar se os impedimentos de ordem técnica comportam solução por meio dos mecanismos legais que regem os orçamentos públicos e, se julgar inviável essa opção, aplicar-se-á o disposto no § 6º do art. 22.

§ 6º Esgotadas, sem sucesso, as possibilidades de que tratam os §§ 4º e 5º do art. 22, as emendas parlamentares individuais aprovadas perderão, automaticamente, o caráter obrigatório de execução, na forma determinada pelo art. 166-A, § 13 da Constituição, podendo seus recursos ser utilizados para cobertura de créditos adicionais autorizados na lei orçamentária ou em lei específica.

Art. 23. Os créditos consignados na lei orçamentária de 2022 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

Parágrafo único. No caso das emendas de que trata o caput do art. 23, e na hipótese de ser exigida, nos termos da Constituição e da legislação infraconstitucional, autorização legislativa específica, sua execução somente poderá ocorrer mediante a existência do diploma legal competente.

Art. 24. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 25. A câmara municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2021.

§ 1º O Executivo encaminhará à câmara municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput do art. 25, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2021 e 2022, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000.

§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contados da solicitação daquele poder.

Art. 26. Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2022, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de um doze avos em cada mês, observado na execução, individualmente, o limite de cada dotação proposta.

§ 1º Enquanto perdurar a situação descrita no **caput** do art. 26, a parcela de cada duodécimo não utilizada em cada mês será somada ao valor dos duodécimos posteriores.

§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada no art. 26.

§ 3º Na execução das despesas liberadas na forma do art. 26, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2022, para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas redutivas ou supressivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária no Poder Legislativo, bem como pela aplicação do procedimento previsto no art. 26, serão ajustados, excepcionalmente, por créditos adicionais suplementares ou especiais do Poder Executivo, cuja abertura fica, desde já, autorizada logo após a publicação da lei orçamentária.



PREFEITURA DE MAIRIPORÃ

Estado de São Paulo

§ 5º Ocorrendo a hipótese do art. 26, as providências de que tratam os arts. 6º e 7º serão efetivadas até o dia 31 de janeiro de 2022.

Art. 27. O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à câmara municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até trinta dias após a promulgação da lei orçamentária de 2022, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

Art. 28. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde, serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2022 que forem pagas até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 29. As metas e prioridades da administração municipal para o exercício de 2022 serão estabelecidas, excepcionalmente em relação a esse exercício, na lei que instituirá o plano plurianual 2022/2025, cujo projeto será encaminhado pelo Executivo no prazo previsto na legislação competente.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Tibiriçá, em 28 de junho de 2021.

WALID ALI HAMID
Prefeito

DOUGLAS PEREIRA DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Modernização

SILVANA FRANCINETE DA SILVA
Secretaria Municipal da Fazenda

ANDRÉA MARCIANO BUENO RAMOS
Assessoria Jurídica Parlamentar

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

| PLANO PREVIDENCIÁRIO | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|--------|--------|--------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | | |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 22.035 | 24.380 | 26.366 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 4.603 | 5.350 | 6.094 |
| Civil | 4.603 | 5.350 | 6.094 |
| Ativo | 4.299 | 5.024 | 5.765 |
| Inativo | 304 | 326 | 329 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Contribuições Patronais | 8.174 | 8.993 | 7.727 |
| Civil | 8.174 | 8.993 | 7.727 |
| Ativo | 8.174 | 8.993 | 7.727 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita Patrimonial | 21 | 0 | 2.047 |
| Receitas Imobiliárias | 0 | 0 | 0 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0 | 0 | 1.312 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 21 | 0 | 735 |
| Receitas de Serviços | 25 | 0 | 0 |
| Outras Receitas Correntes | 9.212 | 10.037 | 10.498 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0 | 77 | 60 |
| Aportes Periódicos para Amortização de Déficit atuarial do RPPS (II) | 7.564 | 9.956 | 8.561 |
| Demais Receitas Correntes | 1.648 | 4 | 1.877 |
| RECEITAS DE CAPITAL (III) | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0 | 0 | 0 |
| Amortização de Empréstimos | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II) | 14.471 | 14.424 | 17.805 |

| PLANO PREVIDENCIÁRIO | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|--------|--------|--------|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | | |
| Benefícios - Civil | 16.943 | 19.822 | 20.787 |
| Aposentadorias | 14.319 | 15.976 | 17.750 |
| Pensões | 2.624 | 2.832 | 3.036 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0 | 1.014 | 1 |
| Benefícios - Militar | 0 | 0 | 0 |
| Reformas | 0 | 0 | 0 |
| Pensões | 0 | 0 | 0 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0 | 0 | 0 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 1.124 | 0 | 14 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 1.124 | 0 | 14 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V) | 18.067 | 19.822 | 20.801 |
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV-V) | -3.596 | -5.398 | -2.996 |

| RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| VALOR | 0 | 0 | 0 |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|------------------------------|------|------|------|
| VALOR | 0 | 0 | 0 |

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-------|-------|-------|
| Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar | 0 | 0 | 0 |
| Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos | 7.564 | 8.193 | 7.727 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0 | 0 | 0 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0 | 0 | 0 |

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

| BENS E DIREITOS DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|------------------------------|---------|---------|---------|
| Caixa e Equivalente de Caixa | 0 | 0 | 0 |
| Investimentos e Aplicações | 149.998 | 149.327 | 170.285 |
| Outros Bens e Direitos | 27.024 | 25.712 | 24.400 |

| PLANO FINANCEIRO | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------|------|------|
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | | |
| RECEITAS CORRENTES (VII) | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 0 | 0 | 0 |
| Civil | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0 | 0 | 0 |
| Civil | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Militar | 0 | 0 | 0 |
| Ativo | 0 | 0 | 0 |
| Inativo | 0 | 0 | 0 |
| Pensionista | 0 | 0 | 0 |
| Receita Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| Receitas Imobiliárias | 0 | 0 | 0 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0 | 0 | 0 |
| Receita de Serviços | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas Correntes | 0 | 0 | 0 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0 | 0 | 0 |
| Demais Receitas Correntes | 0 | 0 | 0 |
| RECEITAS DE CAPITAL (VIII) | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0 | 0 | 0 |
| Amortização de Empréstimos | 0 | 0 | 0 |
| Outras Receitas de Capital | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX)=(VII+VIII) | 0 | 0 | 0 |

| PLANO FINANCEIRO | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | | | |
| Benefícios - Civil | 0 | 0 | 0 |
| Aposentadorias | 0 | 0 | 0 |
| Pensões | 0 | 0 | 0 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0 | 0 | 0 |
| Benefícios - Militar | 0 | 0 | 0 |
| Reformas | 0 | 0 | 0 |
| Pensões | 0 | 0 | 0 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0 | 0 | 0 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0 | 0 | 0 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS | 0 | 0 | 0 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) | 0 | 0 | 0 |

| | | | |
|--------------------------------------|---|---|---|
| RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI)=(IX-X) | 0 | 0 | 0 |
|--------------------------------------|---|---|---|

| APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------|------|------|
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0 | 0 | 0 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0 | 0 | 0 |

| RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| RECEITAS CORRENTES | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0 | 0 | 0 |

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

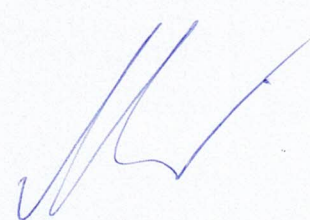
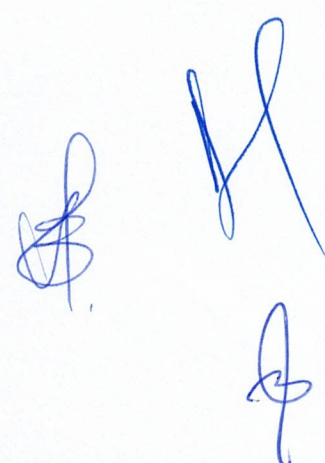
R\$ milhares

| DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------|------|------|
| DESPESAS CORRENTES - (XIII) | 0 | 0 | 0 |
| DESPESAS DE CAPITAL - (XIV) | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII) | 0 | 0 | 0 |
| RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV) | 0 | 0 | 0 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 17:04

Fonte e Notas Explicativas

MLDO tabela 6 - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
PARÂMETROS DE REFERÊNCIA

| Inflação | | |
|----------|------------------------------|--------------------------|
| Ano | Variação média anual % | Fator (2021 = 1.0000) |
| 2019 | 3.77 | 0.9200440 |
| 2020 | 3.21 | 0.9495774 |
| 2021 | 5.31 | 1.0000000 |
| 2022 | 3.56 | 1.0356000 |
| 2023 | 3.60 | 1.0728816 |
| 2024 | 3.25 | 1.1077503 |

Nota: Índice adotado IPCA/IBGE.

MLDO Inflação - Conam LTDA - www.conam.com.br



Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

| EVENTOS | VALOR PREVISTO PARA 2022 |
|---|--------------------------|
| Aumento Permanente de Receita | 6.500 |
| (-) transferências constitucionais | 0 |
| (-) transferências ao Fundeb | 0 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 6.500 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | 500 |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 7.000 |
| Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV) | 7.000 |
| Impacto de Novas DOCCs | 7.000 |
| Novas DOCCs geradas por PPPs | 0 |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | 0 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15-Abr-2021 e hora de emissão 16:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporã: A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento.

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2022

AMF - Demonstrativo 7 (URF, art. 4º, § 2º, inciso V)

| Tributo | Modalidade | Setores / Programas / Beneficiário | Renúncia de receita prevista | | | Compensação |
|--------------------------------|------------------|--|------------------------------|--------------|--------------|--|
| | | | 2022 | 2023 | 2024 | |
| IPPU / TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA | ISENÇÃO | APOSENTADOS, PENSIONISTAS E BENEFICIÁRIOS DE RENDA MENSAL VI | 500 | 550 | 600 | CRESCIMENTO VEGETATIVO DO IPPU |
| IPPU / ITBI / ISSQN / TAXAS | INCENTIVO FISCAL | EMPRESAS | 800 | 800 | 800 | INCENTIVO CONSIDERADO NA ESTIMATIVA DA RECEITA |
| TOTAL | | | 1.300 | 1.350 | 1.400 | - |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 2021-04-15 e hora de emissão 16:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Fonte e Notas Explicativas
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ: Os valores estimados referem-se a novas isenções e incentivos fiscais concedidos por imposição da legislação vigente

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

| Exercício | Receitas previdenciárias (a) | Despesas previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c)=(a - b) | Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2020 | ----- | ----- | ----- | 146.381 |
| 2021 | 17.277 | 22.872 | -5.595 | 140.786 |
| 2022 | 18.061 | 23.024 | -4.963 | 135.823 |
| 2023 | 18.810 | 26.753 | -7.943 | 127.880 |
| 2024 | 19.501 | 27.885 | -8.384 | 119.496 |
| 2025 | 20.179 | 29.829 | -9.650 | 109.846 |
| 2026 | 20.831 | 31.438 | -10.607 | 99.239 |
| 2027 | 21.467 | 33.092 | -11.625 | 87.614 |
| 2028 | 22.088 | 34.600 | -12.512 | 75.102 |
| 2029 | 22.695 | 36.320 | -13.625 | 61.477 |
| 2030 | 23.278 | 38.203 | -14.925 | 46.552 |
| 2031 | 23.838 | 39.865 | -16.027 | 30.525 |
| 2032 | 24.361 | 42.379 | -18.018 | 12.507 |
| 2033 | 24.849 | 43.883 | -19.034 | -6.527 |
| 2034 | 25.334 | 45.269 | -19.935 | -26.462 |
| 2035 | 25.819 | 46.722 | -20.903 | -47.365 |
| 2036 | 26.298 | 48.408 | -22.110 | -69.475 |
| 2037 | 26.772 | 49.875 | -23.103 | -92.578 |
| 2038 | 27.266 | 50.730 | -23.464 | -116.042 |
| 2039 | 27.795 | 51.810 | -24.015 | -140.057 |
| 2040 | 28.362 | 52.712 | -24.350 | -164.407 |
| 2041 | 28.973 | 53.721 | -24.748 | -189.155 |
| 2042 | 29.614 | 54.410 | -24.796 | -213.951 |
| 2043 | 30.267 | 55.327 | -25.060 | -239.011 |
| 2044 | 30.921 | 56.421 | -25.500 | -264.511 |
| 2045 | 31.577 | 57.313 | -25.736 | -290.247 |
| 2046 | 32.260 | 57.513 | -25.253 | -315.500 |
| 2047 | 32.985 | 57.873 | -24.888 | -340.388 |
| 2048 | 33.753 | 58.134 | -24.381 | -364.769 |
| 2049 | 34.580 | 58.039 | -23.459 | -388.228 |
| 2050 | 35.533 | 58.111 | -22.578 | -410.806 |
| 2051 | 36.631 | 58.183 | -21.552 | -432.358 |
| 2052 | 37.846 | 58.138 | -20.292 | -452.650 |
| 2053 | 39.210 | 57.838 | -18.628 | -471.278 |
| 2054 | 39.881 | 57.452 | -17.571 | -488.849 |
| 2055 | 39.777 | 51.192 | -11.415 | -500.264 |
| 2056 | 39.690 | 56.963 | -17.273 | -517.537 |
| 2057 | 39.609 | 57.117 | -17.508 | -535.045 |
| 2058 | 39.523 | 57.270 | -17.747 | -552.792 |
| 2059 | 39.433 | 57.422 | -17.989 | -570.781 |
| 2060 | 39.339 | 57.574 | -18.235 | -589.016 |
| 2061 | 39.241 | 57.725 | -18.484 | -607.500 |
| 2062 | 39.138 | 57.875 | -18.737 | -626.237 |

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

| Exercício | Receitas previdenciárias (a) | Despesas previdenciárias (b) | Resultado Previdenciário (c)=(a - b) | Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c) |
|-----------|------------------------------------|------------------------------------|--|--|
| 2063 | 39.030 | 58.025 | -18.995 | -645.232 |
| 2064 | 38.918 | 58.174 | -19.256 | -664.488 |
| 2065 | 38.800 | 58.322 | -19.522 | -684.010 |
| 2066 | 38.678 | 58.470 | -19.792 | -703.802 |
| 2067 | 38.550 | 58.617 | -20.067 | -723.869 |
| 2068 | 38.417 | 58.763 | -20.346 | -744.215 |
| 2069 | 38.278 | 58.909 | -20.631 | -764.846 |
| 2070 | 38.134 | 59.054 | -20.920 | -785.766 |
| 2071 | 37.984 | 59.198 | -21.214 | -806.980 |
| 2072 | 37.827 | 59.342 | -21.515 | -828.495 |
| 2073 | 37.665 | 59.486 | -21.821 | -850.316 |
| 2074 | 37.496 | 59.628 | -22.132 | -872.448 |
| 2075 | 37.320 | 59.770 | -22.450 | -894.898 |
| 2076 | 37.137 | 59.912 | -22.775 | -917.673 |
| 2077 | 36.948 | 60.053 | -23.105 | -940.778 |
| 2078 | 36.750 | 60.193 | -23.443 | -964.221 |
| 2079 | 36.545 | 60.333 | -23.788 | -988.009 |
| 2080 | 36.332 | 60.473 | -24.141 | -1.012.150 |
| 2081 | 36.112 | 60.611 | -24.499 | -1.036.649 |
| 2082 | 35.928 | 59.054 | -23.126 | -1.059.775 |
| 2083 | 35.783 | 59.209 | -23.426 | -1.083.201 |
| 2084 | 35.633 | 59.365 | -23.732 | -1.106.933 |
| 2085 | 35.478 | 59.519 | -24.041 | -1.130.974 |
| 2086 | 35.317 | 59.672 | -24.355 | -1.155.329 |
| 2087 | 35.151 | 59.825 | -24.674 | -1.180.003 |
| 2088 | 34.978 | 59.977 | -24.999 | -1.205.002 |
| 2089 | 34.801 | 60.129 | -25.328 | -1.230.330 |
| 2090 | 34.617 | 60.279 | -25.662 | -1.255.992 |
| 2091 | 34.427 | 60.430 | -26.003 | -1.281.995 |
| 2092 | 34.231 | 60.579 | -26.348 | -1.308.343 |
| 2093 | 34.029 | 60.728 | -26.699 | -1.335.042 |
| 2094 | 33.819 | 60.877 | -27.058 | -1.362.100 |
| 2095 | 33.603 | 61.024 | -27.421 | -1.389.521 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

MLDO tabela 6.1 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| Receitas Realizadas | 2020 | 2019 | 2018 |
|---|------|------|------|
| RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) | 0 | 0 | 9 |
| Alienação de Bens Móveis | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens Imóveis | 0 | 0 | 0 |
| Alienação de Bens Intangíveis | 0 | 0 | 0 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 0 | 0 | 9 |

| Despesas Executadas | 2020 | 2019 | 2018 |
|--|------|------|------|
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) | 0 | 0 | 226 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0 | 0 | 226 |
| Investimentos | 0 | 0 | 226 |
| Inversões Financeiras | 0 | 0 | 0 |
| Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS | 0 | 0 | 0 |
| Regime Geral de Previdência Social | 0 | 0 | 0 |
| Regime Próprio de Previdência dos Servidores | 0 | 0 | 0 |

| Saldo Financeiro | 2020 | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|------|------|------|
| Saldo do Exercício Anterior | | | 243 |
| VALOR (III) | 26 | 26 | 26 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido
2022

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

| CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário) | | | | | | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Patrimônio Líquido | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
| Patrimônio/Capital | 65.748 | 10,66 | 37.421 | 6,79 | 53.878 | 10,48 |
| Reservas | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | 551.293 | 89,34 | 513.872 | 93,21 | 459.994 | 89,52 |
| TOTAL | 617.041 | 100,00 | 551.293 | 100,00 | 513.872 | 100,00 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | | | |
|-----------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Patrimônio Líquido | 2020 | % | 2019 | % | 2018 | % |
| Patrimônio/Capital | -81.961 | 273,26 | 126.967 | 244,32 | -3.120 | 4,16 |
| Reservas | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | 51.967 | -173,26 | -74.999 | -144,32 | -71.879 | 95,84 |
| TOTAL | -29.994 | 100,00 | 51.968 | 100,00 | -74.999 | 100,00 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE , Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

MLDO tabela 4 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores
2022

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

| Especificação | Valores a preços correntes | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------------|---------|----------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|--|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | |
| Receita total | 236.154 | 260.272 | 10,21 | 256.364 | -1,50 | 291.377 | 13,66 | 312.575 | 7,28 | 332.193 | 6,28 | |
| Receitas Primárias (I) | 234.973 | 245.952 | 4,67 | 254.976 | 3,67 | 290.223 | 13,82 | 311.337 | 7,28 | 330.872 | 6,27 | |
| Despesa total | 236.154 | 260.272 | 10,21 | 256.364 | -1,50 | 291.377 | 13,66 | 312.575 | 7,28 | 332.193 | 6,28 | |
| Despesas Primárias (II) | 233.438 | 258.190 | 10,60 | 253.348 | -1,88 | 285.718 | 12,78 | 306.559 | 7,29 | 325.834 | 6,29 | |
| Resultado primário (III)=(I-II) | 1.535 | -12.238 | -897,26 | 1.628 | -113,30 | 4.505 | 176,72 | 4.778 | 6,06 | 5.038 | 5,44 | |
| Resultado Nominal | -1.000 | -12.843 | 1.184,30 | 2.046 | -115,93 | 2.571 | 25,66 | 2.702 | 5,10 | 2.825 | 4,55 | |
| Dívida pública consolidada | 7.087 | 7.087 | 0,00 | 7.087 | 0,00 | 41.488 | 485,41 | 40.106 | -3,33 | 38.441 | -4,15 | |
| Dívida pública líquida | -30.545 | -30.545 | 0,00 | -30.545 | 0,00 | -14.858 | -51,36 | -12.357 | -16,83 | -21.210 | -71,64 | |

| Especificação | Valores a preços constantes | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------|---------|----------|---------|---------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|--|
| | 2019 | 2020 | % | 2021 | % | 2022 | % | 2023 | % | 2024 | % | |
| Receita total | 256.676 | 274.092 | 6,79 | 256.364 | -6,47 | 281.361 | 9,75 | 291.342 | 3,55 | 299.881 | 2,98 | |
| Receitas primárias (I) | 255.393 | 259.012 | 1,42 | 254.976 | -1,56 | 280.247 | 9,91 | 290.188 | 3,55 | 298.689 | 2,93 | |
| Despesa total | 256.676 | 274.092 | 6,79 | 256.364 | -6,47 | 281.361 | 9,75 | 291.342 | 3,55 | 299.881 | 2,93 | |
| Despesas primárias (II) | 253.724 | 271.899 | 7,16 | 253.348 | -6,82 | 275.897 | 8,90 | 285.735 | 3,57 | 294.141 | 2,94 | |
| Resultado primário (III)=(I-II) | 1.669 | -12.887 | -872,14 | 1.628 | -112,63 | 4.350 | 167,20 | 4.453 | 2,37 | 4.548 | 2,13 | |
| Resultado Nominal | -1.086 | -13.524 | 1.145,30 | 2.046 | -115,13 | 2.483 | 21,36 | 2.519 | 1,45 | 2.551 | 1,27 | |
| Dívida pública consolidada | 7.702 | 7.463 | -3,10 | 7.087 | -5,04 | 40.062 | 465,29 | 37.382 | -6,69 | 34.702 | -7,17 | |
| Dívida pública líquida | -33.199 | -32.166 | -3,11 | -30.545 | -5,04 | -14.348 | -53,03 | -11.518 | -19,72 | -19.147 | -66,24 | |

*FONTE: CN - SIFPM@ - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ milhares

| Especificação | Metas Pre- vistas em 2020 (a) | % RCL | Metas Realizadas em 2020 (b) | % RCL | Variação (II-I) | |
|---------------------------------|-------------------------------------|----------|------------------------------------|----------|----------------------|------------------|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 260.272 | 109,1708 | 288.692 | 107,4026 | 28.420 | 10,9193 |
| Receitas Primárias (I) | 245.952 | 103,1643 | 278.325 | 103,5458 | 32.373 | 13,1623 |
| Despesa Total | 260.272 | 109,1708 | 297.758 | 110,7755 | 37.486 | 14,4026 |
| Despesas Primárias (II) | 258.190 | 108,2975 | 295.887 | 110,0794 | 37.697 | 14,6005 |
| Resultado Primário (III)=(I-II) | -12.238 | -5,1332 | -17.562 | -6,5336 | -5.324 | 43,5038 |
| Resultado Nominal | -12.843 | -5,3869 | -18.455 | -6,8658 | -5.612 | 43,6970 |
| Dívida Pública Consolidada | 7.087 | 2,9726 | 43.332 | 16,1208 | 36.245 | 511,4294 |
| Dívida Consolidada Líquida | -30.545 | -12,8120 | -1.221 | -0,4542 | 29.324 | -96,0026 |

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

MLDO tabela 2 - Conam LTDA - www.conam.com.br

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ milhares

| Especificação | 2022 | | | 2023 | | | 2024 | | |
|---|-----------------------|-----------------|----------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|
| | Valor corrente (a) | Valor constante | % RCL (a/RECL100) | Valor corrente (b) | Valor constante | % RCL (b/RECL100) | Valor corrente (c) | Valor constante | % RCL (c/RECL100) |
| Receita total | 291.377 | 281.361 | 104,6316 | 312.575 | 291.342 | 104,5659 | 332.193 | 299.881 | 104,5219 |
| Receitas primárias (I) | 290.223 | 280.247 | 104,2172 | 311.337 | 290.188 | 104,1518 | 330.872 | 298.689 | 104,1063 |
| Receitas Primárias Correntes | 285.045 | 275.247 | 0,0000 | 305.972 | 285.188 | 0,0000 | 325.334 | 293.689 | 0,0000 |
| Impostos, Taxas E Contribuições de Melhoria | 98.791 | 95.395 | 35,4752 | 106,029 | 98.827 | 35,4700 | 113.034 | 102.040 | 35,5653 |
| Contribuições | 13.083 | 12.634 | 4,6980 | 14,041 | 13.088 | 4,6971 | 14.970 | 13.514 | 4,7102 |
| Transferências Correntes | 164.195 | 158.551 | 58,9613 | 176,268 | 164.294 | 58,9670 | 187.059 | 168.864 | 58,8567 |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 8.975 | 8.667 | 3,2229 | 9.633 | 8.979 | 3,2225 | 10.269 | 9.271 | 3,2311 |
| Receitas Primárias de Capital | 5.178 | 5.000 | 0,0000 | 5.364 | 5.000 | 0,0000 | 5.538 | 5.000 | 0,0000 |
| Despesa total | 291.377 | 281.361 | 104,6316 | 312.575 | 291.342 | 104,5659 | 332.193 | 299.881 | 104,5219 |
| Despesas primárias (II) | 285.718 | 275.897 | 102,5995 | 306.559 | 285.735 | 102,5534 | 325.834 | 294.141 | 102,5211 |
| Despesas primárias Correntes | 273.539 | 264.136 | 98,2261 | 292.646 | 272.767 | 97,8991 | 311.254 | 280.979 | 97,9336 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 130.707 | 126.214 | 46,9360 | 138.766 | 129.340 | 46,4215 | 148.112 | 133.706 | 46,6023 |
| Outras Despesas Correntes | 142.832 | 137.922 | 51,2900 | 153.880 | 143.427 | 51,4776 | 163.141 | 147.273 | 51,3310 |
| Depesas Primárias de Capital | 11.144 | 10.761 | 4,0017 | 11.767 | 10.968 | 3,9364 | 12.364 | 11.162 | 3,8902 |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 1.035 | 1.000 | 0,3717 | 2.145 | 2.000 | 0,7176 | 2.215 | 2.000 | 0,6969 |
| Resultado primário (III)=(I-II) | 4.504 | 4.350 | 1,6174 | 4.777 | 4.453 | 1,5981 | 5.038 | 4.548 | 1,5852 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |
| Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V) | 1.933 | 1.867 | 0,6941 | 2.074 | 1.934 | 0,6938 | 2.212 | 1.997 | 0,6960 |
| Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV-V)) | 2.571 | 2.483 | 0,9232 | 2.702 | 2.519 | 0,9039 | 2.825 | 2.551 | 0,8889 |
| Dívida Pública Consolidada | 41.488 | 40.062 | 14,8981 | 40.106 | 37.382 | 13,4167 | 38.441 | 34.702 | 12,0952 |
| Dívida Consolidada Líquida | -14.858 | -14.348 | -5,3354 | -12.357 | -11.518 | -4,1338 | -21.210 | -19.147 | -6,6736 |
| Receitas Primárias advindas de PPP (VII) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |
| Despesas Primárias geradas de PPP (VIII) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |
| Impacto do saldo das PPP (IX) = (VII-VIII) | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 | 0 | 0 | 0,0000 |

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

Fonte e Notas Explicativas

MDFO Tabela 1 - CONAM LRDPA - WWW.CONAM.COM.BR

Nas Dívidas Públicas Consolidada e Consolidada Líquida, bem como no Resultado Nominal não foram considerados os valores do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2022

AMF - Demonstrativo 1 (IRF, art. 4º, § 1º)

Informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2019.2022.
Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

MEDO Tabela 1 - Conham LTDA - www.conham.com.br



Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de riscos fiscais e providências
 2022

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ milhares

| PASSIVOS CONTINGENTES | | Providências | |
|------------------------------|--------------|---|--------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 3.000 | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ Crescimento Vegetativo do IPTU | 3.000 |
| Outros Passivos Contingentes | 100 | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ Redução das Despesas Discricionárias | 100 |
| Subtotal | 3.100 | Subtotal | 3.100 |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS | | Providências | |
|---------------------------|--------------|---|--------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustracao de Arrecadacao | 2.000 | PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ Redução das Despesas Discricionárias | 2.000 |
| Subtotal | 2.000 | Subtotal | 2.000 |
| Total | 5.100 | Total | 5.100 |

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15-04-2021 e hora de emissão 16:04

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporá: O demonstrativo de Riscos Fiscais considerou passivos decorrentes de ações judiciais em tramitação e possível frustração de arrecadação acima do previsto, considerando o cenário de incertezas e recessão econômica mundial ocasionada pela pandemia da COVID-19.